



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

01

Alto Paraíso - PR, 15 de Maio de 2017.

**À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – PR**

Prezados Senhores:

A Secretaria de Administração, vem através do presente, comunicar esta comissão de licitação da necessidade de formalizar processo junto a Copel Distribuição S.A. a fim de regularização do fornecimento da energia elétrica de Iluminação Pública do Município.

Assim informamos que o valor estimado para fornecimento de Energia Elétrica é de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais) por um período de 12 Meses.

Solicitamos que esta contratação seja efetuada em caráter de urgência, dispensando a licitação.

Sem mais para o momento renovamos nossos votos de estima e consideração.


JOB RESENDE NETO
Secretaria Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

06

O SETOR ADMINISTRATIVO

PARA SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: SOLICITAÇÃO DE SALDO

Solicito informar se há saldo de dotação e que se a resposta for sim que seja na mesma hora realizado, a reserva da mesma para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, no valor estimado de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais), sendo o valor mensal estimado de até R\$ 55.416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) mensais, durante 12(doze) meses.

Alto Paraíso - PR., 15 de Maio de 2017.

JOB RESENDE NETO
Secretario Geral de Administração



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

03

SETOR DE CONTABILIDADE

REF.: CLASSIFICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONFIRMAÇÃO DE SALDO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA, no valor estimado de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais), sendo o valor mensal estimado de até R\$ 55.416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) mensais, durante 12(doze) meses, no qual já realizamos a reserva de dotação para este valor.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5435	3390394310	Serviços de Energia Elétrica – Dest. IP	07.03.15.452.0016.2.050	DIV. DE SERV. PUBLICOS	424
------	------------	---	-------------------------	------------------------	-----

Alto Paraíso - PR., 15 de Maio de 2017.

RENATO APARECIDO GONÇALVES JORGE
Contador



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

04

Alto Paraíso - PR., 15 de Maio de 2017.

Exmo. Sr.
DERCIO JARDIM JUNIOR
DD. Prefeito Municipal de Alto Paraíso
NESTA

Senhor Prefeito,

Pelo presente, solicito autorização de Vossa Excelência para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, no valor estimado de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais), sendo o valor mensal estimado de até R\$ 55.416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) mensais, durante 12(doze) meses, no qual o contador já realizou a reserva de dotação para este valor.

Para cobertura das despesas com o presente, será utilizada dotação:

5435	3390394310	Serviços de Energia Elétrica – Dest. IP	07.03.15.452.0016.2.050	DIV. DE SERV. PUBLICOS	424
------	------------	---	-------------------------	------------------------	-----

Necessário a realização de abertura de procedimento licitatório na modalidade de: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Sendo só o que se apresenta para o momento.


JOB RESENDE NETO
Secretario Geral de Administração

Autorizo, cumprida a formalidade legal. Encaminha-se ao Setor de Licitação para providência em: 15/05/2017.


DERCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL



PORTARIA N.º 015/2017

SÚMULA: Altera Membros da Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º) Altera Membros da Comissão de Licitação para o exercício de 2017, nomeando as pessoas abaixo relacionadas:

Presidente: Valdemir Ribeiro Sparapan

Secretário: Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva

Membros: Vilma Medeiros Ferreira de Melo
Ana Paula Colombo Pereira
Marilda Rosa do Nascimento da Silva

2º) Esta portaria terá vigência de 1(um) ano a partir desta data.

3º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de Janeiro de 2017.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 15 / JANUÁRIO / 2017

Edição N.º 10862

PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EM 16 / JANEIRO / 2017

Edição N.º 10863



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

06

JUSTIFICATIVA

Trata o presente processo de Dispensa legal de licitação para a Contratação de serviços para Fornecimento de Energia Elétrica e Cessão de Postes para a Iluminação Pública, com vigência de 12 meses contados da data de assinatura do contrato.

A contratação pretendida é necessária e fundamenta-se no artigo 24, XXII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

"XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)"

Ressalte-se que a COPEL é a única concessionária disponível na área deste município para a prestação desse serviço.

O valor máximo a ser pago é de R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais). Vale ressaltar que o valor mensal estimado a ser gasto no município de Alto Paraíso e seus distritos será de até 55.416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

Por ocasião da celebração do contrato, a CONTRATADA executará o serviço de fornecimento de energia elétrica e cessão de postes para iluminação pública, mensalmente, sendo que o lançamento e cobrança do consumo relativo ao fornecimento de energia elétrica serão efetuados também mensalmente, através da Nota Fiscal/Fatura de energia elétrica.

No que tange à cessão de postes para a iluminação pública, esta será prestada **sem ônus para o Município**.

Deste modo, são essas as nossas justificativas para, com fundamento no art. 24, XXII da Lei 8.666/93, dispensar a licitação, submetendo o presente à apreciação do Departamento Jurídico para parecer.

Alto Paraíso-Pr., 15 de Maio de 2017.

VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Gaspar Gonçalves Rodrigues da Silva
Secretário



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

marilda
Marilda Rosa do Nascimento da Silva
Membro

Ana Paula Colombo Pereira
Ana Paula Colombo Pereira
Membro

Vilma medeiros ferreira de melo.
Vilma Medeiros Ferreira de Melo
Membro

[Signature]
[Signature]
[Signature]



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: COPEL DISTRIBUICAO S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.368.898/0001-06

Certidão nº: 123019091/2017

Expedição: 11/01/2017, às 11:19:59

Validade: 09/07/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que COPEL DISTRIBUICAO S.A.
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
04.368.898/0001-06, CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade
suspensa:

1991300-04.2003.5.09.0007 - TRT 09ª Região *
0000216-68.2011.5.09.0011 - TRT 09ª Região *
0001104-62.2010.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
0178800-04.2009.5.09.0020 - TRT 09ª Região *
0001215-23.2013.5.09.0020 - TRT 09ª Região *
0371800-68.2006.5.09.0021 - TRT 09ª Região *
0351100-37.2007.5.09.0021 - TRT 09ª Região *
0090500-07.2002.5.09.0022 - TRT 09ª Região *
0000163-46.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
0000164-31.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
0001473-87.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região *
0431200-93.2009.5.09.0025 - TRT 09ª Região *
0001024-57.2013.5.09.0026 - TRT 09ª Região *
0053000-07.2009.5.09.0071 - TRT 09ª Região *
0001813-83.2011.5.09.0072 - TRT 09ª Região *
0000284-24.2014.5.09.0072 - TRT 09ª Região *
0099900-91.2009.5.09.0089 - TRT 09ª Região *
0002320-16.2013.5.09.0091 - TRT 09ª Região *
0000509-46.2012.5.09.0094 - TRT 09ª Região *
0000532-89.2012.5.09.0094 - TRT 09ª Região *
0000918-22.2012.5.09.0094 - TRT 09ª Região *
0000245-57.2011.5.09.0096 - TRT 09ª Região *
0000260-26.2011.5.09.0096 - TRT 09ª Região *
0000742-66.2014.5.09.0096 - TRT 09ª Região *
0001131-61.2014.5.09.0125 - TRT 09ª Região *



CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

0001626-24.2013.5.09.0325 - TRT 09ª Região *

0001179-25.2011.5.09.0513 - TRT 09ª Região **

0412000-67.2004.5.09.0513 - TRT 09ª Região *

0000503-40.2014.5.09.0653 - TRT 09ª Região *

0000058-92.2014.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0000063-17.2014.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0000438-57.2010.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0000691-45.2010.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0001305-16.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0001332-96.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0227100-45.2008.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0387100-19.2008.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0557900-80.2008.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0748400-69.2009.5.09.0662 - TRT 09ª Região *

0076800-41.2003.5.09.0664 - TRT 09ª Região **

0000350-59.2014.5.09.0668 - TRT 09ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 41.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

09

[Assinaturas manuscritas]

IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04368898/0001-06
Razão Social: COPEL DISTRIBUIÇÃO SA
Endereço: RUA JOSE IZIDORO BIAZETTO 158 BLOCO C / MOSSUNGUE /
CURITIBA / PR / 81200-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/04/2017 a 28/05/2017

Certificação Número: 2017042902071863948075

Informação obtida em 05/05/2017, às 07:56:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COPEL DISTRIBUICAO S.A.
CNPJ: 04.368.898/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 00:33:00 do dia 05/05/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/11/2017.

Código de controle da certidão: **FBF3.F63B.3D51.DD2B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)Preparar página
para impressão

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

ESTATUTO SOCIAL

NOC 000100

Aprovado e consolidado pela 33ª Assembleia Geral
Extraordinária de Acionistas, de 07.11.2013

CNPJ: 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual: 90.233.073-99

NIRE: 41300019282

Inscrição Municipal: 00423992-4

Endereço:

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - bloco C

Curitiba - Paraná - Brasil

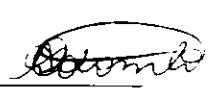
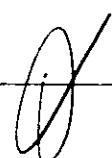


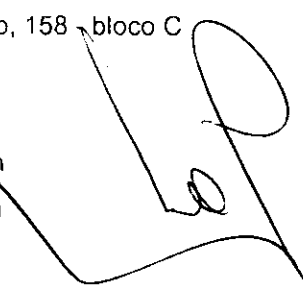
CEP: 81200-240

e-mail: copel@copel.com

Website: www.copel.com

Fone: (55-41) 3331-4141

Fax: (55-41) 3331-4112



Observação: O texto originário do Estatuto da Copel Distribuição S.A. foi outorgado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel no ato de constituição da Copel Distribuição S.A., em 20.03.2001, mediante escritura pública, na mesma data, no 10º Tabelionato de Curitiba, conforme fls. 134/137 do Livro de Notas nº 612-N., arquivada na Jucepar, sob o nº 41300019282, em 04.04.2001.



COPEL
Distribuição



14

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO

- Art. 1º** A Copel Distribuição S.A., abreviadamente denominada "Copel DIS", é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a:
- a) prestar serviço público de distribuição de energia elétrica e serviços correlatos; e
 - b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de distribuição de energia elétrica.
- Parágrafo Único:** Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel DIS firmará contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel.
- Art. 2º** A Companhia tem sede e foro na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco C, bairro Mossunguê, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, entretanto, criar ou extinguir filiais.
- Art. 3º** É indeterminado o prazo de duração da Companhia.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES

- Art. 4º** O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.624.840.634,97 (dois bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos) representados por 2.624.840.634 (dois bilhões, seiscentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, seiscentos e trinta e quatro) ações ordinárias sem valor nominal.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 5º** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.
- Art. 6º** A representação da Companhia é privativa da Diretoria.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Art. 7º** O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, contendo, no mínimo, o Diretor Presidente da Companhia e 01 (um) Diretor da Companhia Paranaense de Energia - Copel.
- Parágrafo único:** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos.
- Art. 8º** O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, sendo substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Conselheiro escolhido por seus pares.
- Art. 9º** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que necessário, obedecida a convocação, por escrito, pelo seu Presidente, com antecedência de 72 horas, funcionando com a presença de maioria simples de seus membros.
- Art. 10** Compete ao Conselho de Administração:

- I. assegurar ações da Companhia para garantir os resultados ajustados por meio de contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia – Copel;
- II. decidir sobre assuntos estratégicos da Companhia;
- III. eleger, destituir, aceitar renúncia, substituir Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, na forma do presente Estatuto Social;
- IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar livros, documentos e atos obrigacionais da Companhia;
- V. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- VI. estabelecer critérios para a alienação e/ou cessão em comodato de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido;
- VII. decidir sobre outros casos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e
- VIII. convocar, por seu Presidente ou Secretário Executivo, a Assembleia Geral.

§ 1º As deliberações do Conselho de Administração serão por maioria simples de votos.

§ 2º Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Art. 11 Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões, dirigir os trabalhos e proferir, além do voto pessoal, o de qualidade. As licenças do Presidente serão concedidas pelo Conselho.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA

Art. 12 A Companhia terá uma Diretoria com funções executivas, composta de 03 (três) membros, residentes no País, brasileiros ou maioria de brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor de Finanças e um Diretor Adjunto.

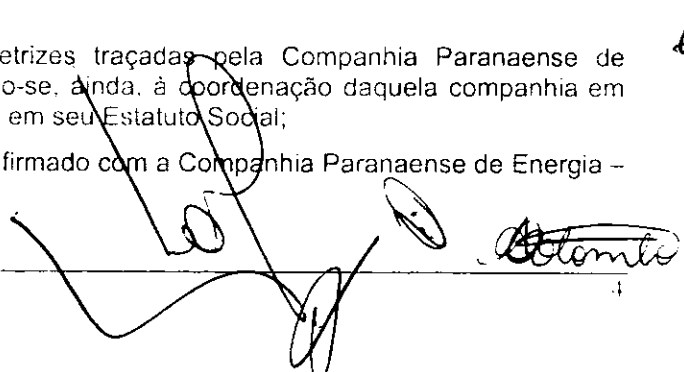
Parágrafo único: O cargo de Diretor de Finanças será ocupado exclusivamente pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sem receber qualquer remuneração adicional.

Art. 13 Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. Até que se realize a eleição, poderá o Diretor Presidente, nos termos do artigo seguinte, designar um substituto provisório. A eleição, contudo, poderá ser dispensada, se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria então em exercício.

Art. 14 Nos casos de impedimento temporário ou licença de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente poderá designar, para substituí-lo, outro Diretor.

Art. 15 Compete à Diretoria:

- I. gerir todos os negócios da Companhia, a fim de se buscar o desenvolvimento com sustentabilidade;
- II. observar as políticas e diretrizes traçadas pela Companhia Paranaense de Energia – Copel, submetendo-se, ainda, à coordenação daquela companhia em relação às matérias definidas em seu Estatuto Social;
- III. cumprir o contrato de gestão firmado com a Companhia Paranaense de Energia – Copel;



- 16
- IV. recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis, assim como a alienação, cessão em comodato ou oneração de quaisquer bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e a prestação de garantias, quando tais operações forem de valor superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, e deliberar quando forem de valor inferior a esse limite, além de encaminhar relatório a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal sempre que o valor acumulado dessas operações atingir 5% (cinco por cento);
 - V. fazer-se presente, através de seu Diretor Presidente ou Diretor por ele designado, à Assembleia Geral Ordinária; e
 - VI. conceder licença a seus membros.
- § 1º Considera-se a Companhia obrigada pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente.
- § 2º As atribuições constantes dos artigos 16 a 18 deste Estatuto poderão ser ampliadas pelo Conselho de Administração.
- § 3º Poderá qualquer dos Diretores representar individualmente a Companhia, na celebração de convênios e em operações de comodato, locação e aquisição de bens e serviços, observadas normas internas aprovadas pela Diretoria, facultando-se-lhes, para tanto, constituir mandatários dentre empregados da Companhia.
- § 4º A Companhia poderá constituir procuradores com poderes especiais e expressos para atos e operações especificados, e bem assim procuradores com poderes "ad negotia" para assinar quaisquer documentos de responsabilidade da Companhia, especificada no instrumento a duração do mandato.
- § 5º Sem prejuízo do disposto no art. 16, inciso IV, deste Estatuto, a representação da Companhia em juízo, em depoimento pessoal, poderá também ser exercida por advogado ou por outro empregado designado pelo Diretor Presidente.
- § 6º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Se, porém, da deliberação tomada divergir o Diretor Presidente, poderá este, sustentando os efeitos daquela, apelar, em 05 (cinco) dias, para o Conselho de Administração.

Art. 16 Compete ao **Diretor Presidente**:

- I. dirigir e coordenar os trabalhos da Diretoria;
- II. superintender e dirigir os negócios da Companhia;
- III. propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores;
- IV. representar a Companhia em Juízo ou fora dele, e, de modo geral, em suas relações com terceiros, podendo para tal constituir procuradores, bem como designar prepostos;
- V. assinar os documentos de responsabilidade da Companhia, observado o disposto no artigo 15, §§ 1º e 3º;
- VI. apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual dos negócios da Companhia, ouvido o Conselho de Administração; e
- VII. exercer as funções de Secretário Executivo do Conselho de Administração.

Art. 17 Compete ao **Diretor de Finanças** dirigir as atividades e coordenar os assuntos relativos a gestão e planejamento econômico, financeiro, tributário, contábil e orçamentário, de seguros patrimoniais e de aplicações e investimentos no mercado financeiro.

- Art. 18 Compete ao **Diretor Adjunto** exercer as atribuições que lhe forem especificamente estabelecidas nos termos deste Estatuto Social.

SEÇÃO IV

DAS NORMAS COMUNS AOS MEMBROS DA DIRETORIA

- Art. 19 Os administradores apresentarão, no início e no fim da gestão, declaração de bens na forma da Lei.
- Art. 20 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de "Termo de Posse", em livro próprio.
- Art. 21 A remuneração dos Administradores será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser alterada por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.
- Parágrafo único:** Ao Diretor que tiver vínculo empregatício com a Companhia, é facultado receber a remuneração paga aos demais diretores, ou continuar recebendo o salário inerente à função que exercia.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL


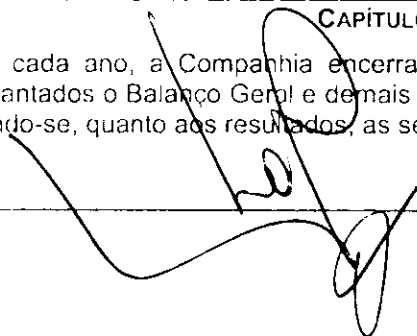
- Art. 22 A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que serão os mesmos indicados para a Companhia Paranaense de Energia - Copel pelo Estado do Paraná, eleitos anualmente pela Assembleia Geral.
- Art. 23 O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e se reunirá quando convocado por seu Presidente.
- Parágrafo único:** O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares.
- Art. 24 O Conselho Fiscal funcionará com as atribuições e competências, deveres e responsabilidades, estabelecidos em Lei.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL

- Art. 25 A Assembleia Geral constituir-se-á pelos acionistas regularmente convocados e formando número legal, os quais assinarão Livro de Presença, observadas as demais disposições legais.
- Art. 26 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano, em dia, lugar e hora previamente marcados, nos termos da Lei, e extraordinariamente, quando convocada.
- Parágrafo único:** A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência e impedimento, por outro Conselheiro, e dirigida pelo Diretor Presidente ou por um acionista escolhido, na ocasião, pelos acionistas presentes. Para compor a mesa diretora dos trabalhos, o Presidente da Assembleia convidará, dentre os presentes, um para servir como Secretário.
- Art. 27 A convocação é dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL

- Art. 28 Em 31 de dezembro de cada ano, a Companhia encerrará o seu exercício social, ocasião em que serão levantados o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras exigidas em Lei, observando-se, quanto aos resultados, as seguintes regras:



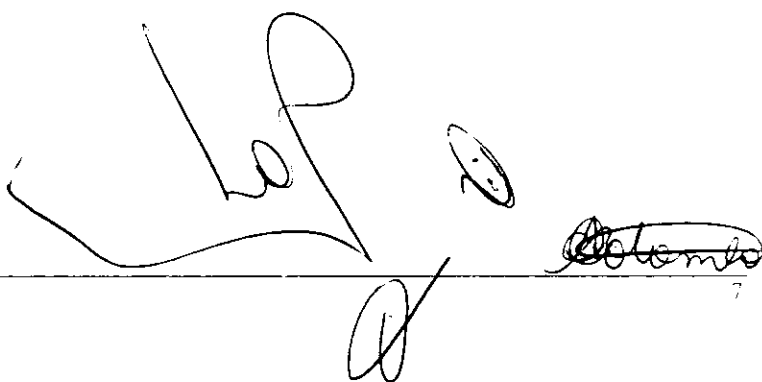
6

- I. do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e
 - II. constituirá reserva para investimento possibilitando a execução do seu programa de obras contido no Orçamento Anual de Investimento - OAI, no montante limitado de forma a garantir ao acionista o direito de receber dividendo mínimo, em cada exercício, de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 202, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76.
- § 1º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.
- § 2º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo o permita a situação financeira da Companhia.
- § 3º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.

Art. 29 A Companhia poderá levantar balanços semestrais e a Administração poderá antecipar a distribuição de dividendos intermediários, "*ad referendum*" da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 A dissolução e a liquidação da Companhia far-se-ão de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'LAP' and several smaller ones.

LEI ESTADUAL Nº 12.355/98

Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S.A. e adota outras providências.

(...)

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competências, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente Lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(...)

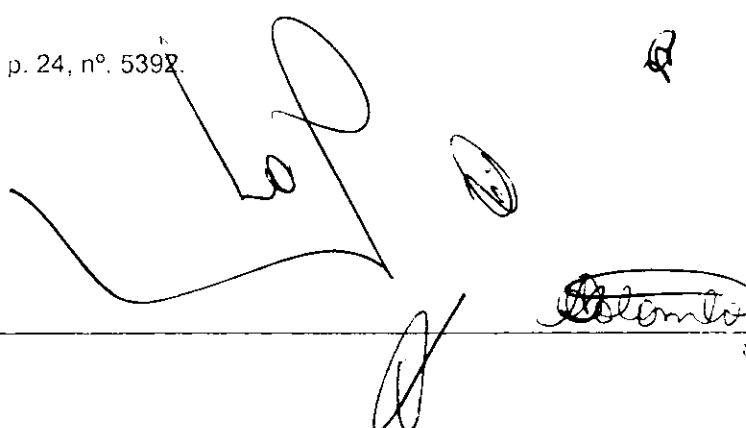
Curitiba, 08 de dezembro de 1998

JAIME LERNER
Governador do Estado

Giovani Geonêdis
Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Publicada no DOE PR de 09.12.1998, p. 24, nº. 5392.



RESOLUÇÃO ANEEL Nº 558, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000

Autoriza a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a constituir cinco subsidiárias integrais, para fins de desverticalização de suas atividades.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 251 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos incisos I e IV, art. 4º, Anexo I, do Decreto n.º 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo n.º 48500.008685/00-29, e considerando que:

- a Lei Estadual do Paraná n.º 12.355, de 8 de dezembro de 1998, autorizou a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL; e

- foram cumpridas as condições da primeira etapa de análise do processo de reestruturação societária, à qual se seguirá a de avaliação, pela Aneel, dos aspectos envolvendo a cisão do patrimônio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, resolve:

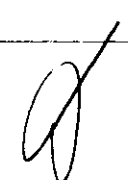
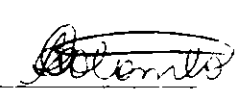

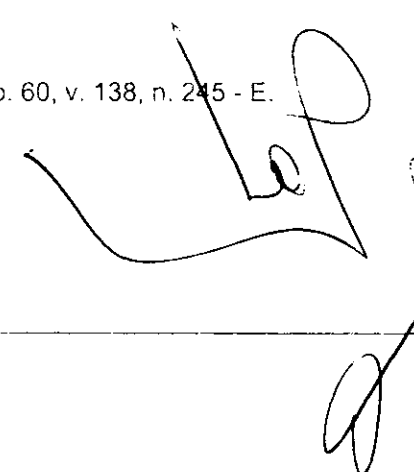
Art. 1º Anuir à proposta de constituição, pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, das subsidiárias integrais denominadas COPEL Geração S.A., COPEL Distribuição S.A., COPEL Transmissão S.A., COPEL Participações S.A., e COPEL Telecomunicações S.A., para fins de desverticalização de suas atividades, a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas da concessionária.

Art. 2º Determinar que a próxima etapa do processo de reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, representada pela cisão do seu patrimônio, seja submetida à prévia anuência da Aneel, que analisará a proposta, tendo presente o equilíbrio das empresas que desempenharão a função de concessionárias de serviços de energia elétrica.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

Publicado no DOU de 21.12.2000, Seção 1, p. 60, v. 138, n. 245 - E.



RESOLUÇÃO ANEEL Nº 258, DE 3 DE JULHO DE 2001

Autoriza a reestruturação societária, a transferência das concessões da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, e a versão de seu patrimônio para fins de desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 229 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, e incisos XI e XII, art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo nº 48500.008685/00-29, e considerando que:

a Lei Estadual do Paraná nº 12.355, de 8 de dezembro de 1998, autorizou a reestruturação societária da Companhia paranaense de Energia – COPEL visando à segregação de suas atividades;

- após o cumprimento das condições exigidas para a primeira etapa do processo de reestruturação societária, por intermédio da Resolução Aneel nº 558, de 20 de dezembro de 2000, a COPEL foi autorizada a constituir cinco subsidiárias integrais objetivando a desverticalização de suas atividades; e

- foram cumpridas as condições exigidas para a análise da segunda etapa, que envolveu, inclusive, a avaliação pela Aneel dos aspectos relativos à versão do patrimônio da COPEL para suas subsidiárias, constituídas por autorização constante da Resolução Aneel 558/2000, resolve:

Art. 1º Anuir a proposta de reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, mediante a versão de seu patrimônio para fins de desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição, com a conseqüente transferência dos bens e instalações, direitos e obrigações para as seguintes subsidiárias integrais:

I – COPEL Geração S.A.

II – COPEL Transmissão S.A.; e

III – COPEL Distribuição S.A.;

Parágrafo único. A presente etapa de reestruturação societária da Copel ora autorizada está fundamentada no Laudo de Avaliação consolidado na data-base de 31 de março de 2001, constante às folhas nºs 291 a 453 e respectiva documentação integrante do Processo nº 48500.008685/00-29, devendo surtir seus efeitos a partir de 1º de julho de 2001.

Art. 2º Anuir com a transferência das concessões da Companhia Paranaense de Energia – COPEL para as subsidiárias COPEL Geração, COPEL Distribuição e COPEL Transmissão, mediante a assinatura do respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 45/99, de 24 de junho de 1999, ao de Distribuição nº 46/99, de 24 de junho de 1999, e ao de Transmissão nº 060/01, de 20 de junho de 2001, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de publicação desta Resolução.

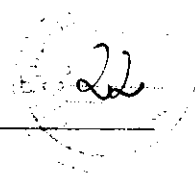
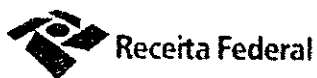
Art. 3º A COPEL Geração e a COPEL Distribuição deverão assinar o contrato de compra e venda de energia, no prazo de 10 (dez) dias a partir da data de publicação desta Resolução, com os montantes e tarifas definidas pela Aneel.

Art. 4º A análise da Aneel sobre o Laudo de Avaliação e documentos integrantes do mesmo determina o destaque, neste ato, que o valor dos bens e instalações do ativo imobilizado, registrado contabilmente e alocado para cada subsidiária, não implica no reconhecimento definitivo, pelo Poder Concedente, para fins tarifários e reversão ao final da concessão.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

*Publicado no DOU de 04.07.2001, Seção 1, p. 156, v. 139, n. 128 – E.
Este texto não substitui o publicado no DOU de 04.07.2000.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

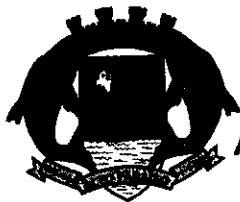
		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 04.368.898/0001-06	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/04/2001
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL COPEL DISTRIBUICAO S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPEL-DIS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA			
ASSINADOR JOSE IZIDORO BIAZETTO		NUMERO 158	COMPLEMENTO BLOCO C
CEP 81.200-240	BARRO/DISTRITO MOSSUNGUE	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (41) 3312-501	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **21/01/2015** às **10:20:38** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)



PARECER JURÍDICO

Dispensa de Licitação Nº 011/2017

Processo Administrativo nº 090/2017

Objeto: Contratação de serviços para fornecimento de energia elétrica e cessão de postes para Iluminação Pública.

O processo em análise é aquele referente a dispensa de licitação nº 011/2017.

Junto ao processo encontra-se: 1- Termo de dispensa de licitação; 2- comunicação e solicitação da Secretaria Geral de Administração; 3- Justificativa da Comissão Permanente de Licitação; 4-Solicitação de saldo orçamentário pelo Secretário Administrativo e confirmação de saldo pelo Departamento de Contabilidade; 4- autorização da Chefe do Poder Executivo; 5- documentos de habilitação da concessionária de energia elétrica.

Em suma é o que se extrai do encartado.

Passo à manifestação requerida.

O feito iniciou-se com o pedido do Secretario Geral de Administração, que justificou o requerimento, tendo em vista a necessidade de formalizar processo junto à Copel Distribuição S/A, a fim de regularização do fornecimento de energia elétrica de iluminação pública do Município.

Compulsando os autos, portanto, parece estar configurada hipótese distinta de dispensa de licitação prevista na Lei 8.666/93, em seu artigo 24, Inciso XXII, que dispõe da seguinte forma:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XXII - na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 1546 – Fone/Fax (0xx)443664-1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

24

Além disso, também há necessidade de instruir os autos justificativa da razão de escolha do fornecedor e justificativa do preço, conforme prevê o estatuto da licitação, vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

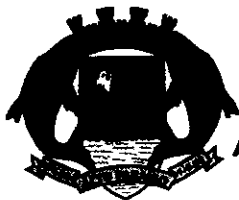
III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Sendo, há nos autos comprovação de que a fornecedora é concessionária de energia elétrica no Estado Paraná, bem como, detém o monopólio do fornecimento de energia elétrica na região.

Quanto a justificativa do preço, a Comissão de Licitação ressaltou em sua justificativa que o valor será de até R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais), porém, o valor estimado a ser gasto no Município será de cerca de R\$ 55.416,67 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009, tem por objetivo contribuir para o crescimento e



o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo, articulando a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.

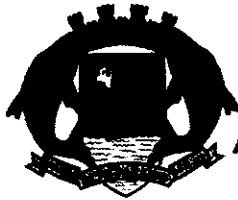
Com a finalidade de perseguir tais objetivos, o artigo 14 da mencionada lei determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas, podendo-se dispensar a instauração de licitação, conforme preconiza o seu §1º.

Em que pese a omissão da Lei 8.666/93 sobre dispensa de licitação nesses casos, é possível a dispensa com base em legislação esparsa, sendo que a própria Constituição Federal abarca tal possibilidade, na medida em que estabelece no inc. XXI do art. 37, que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública...”*

Quando à justificativa do preço, a Secretaria Municipal de Educação informou que os valores a serem pagos pelos produtos está dentro do praticado no mercado.

Quanto aos documentos de habilitação, no caso os Grupos Informais de Agricultores Familiares, deverão ser apresentados os documentos arrolados no 3º, art. 22, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, quais sejam: I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); II - cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas; III - cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União; IV - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações; V - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo V); VI - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

t



Pela análise dos autos, denota-se que todos os documentos acima referidos encontram-se presentes, estando, portanto, regular o presente Processo Licitatório.

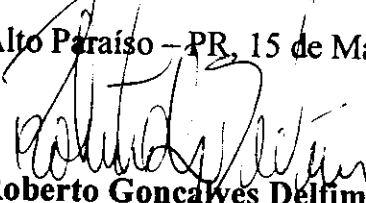
Pelo exposto, nossa opinião é no sentido de que os critérios e requisitos da norma foram preenchidos, sendo compatível com as disposições do art. 24, X, e art. 26, parágrafo único, todos da lei 8.666/93, motivo pelo qual poderá o Prefeito Municipal, caso venha a adotar posicionamento semelhante, contratar com a concessionário de energia elétrica em questão.

Esta Procuradoria Jurídica ressalta aos Membros da Comissão de Licitação e ao Presidente para atentarem ao disposto no Art. 9ª da Lei 8.666/93, bem como ao Art. 91 da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, que disciplina as proibições de contratar com o Município, e proibição de participar de Licitação, realizada pela Prefeitura.

Por fim, ressalta-se que os pareceres proferidos em processos de dispensa e inexigibilidade de licitação são *facultativos e não vinculantes*, de forma que a autoridade consulente não se vincula ao parecer proferido e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo, visto sua natureza jurídica de mero *ato de administração consultiva*, conforme jurisprudência pacífica do STF¹.

É o nosso parecer.

Alto Paraíso - PR, 15 de Maio de 2017.


Roberto Gonçalves Delfim
Procurador Jurídico
OAB-PR 58768

¹ STF - MS 24073 DF, Relator: Carlos Velloso, Data de Julgamento: 06/11/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 31-10-2003.

STF - MS 24631 DF, Relator: Min. Joaquim Barbosa, Data de Julgamento: 09/08/2007, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-018 01-02-2008



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso -PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

27

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

É dispensável a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente Justificada, com fundamento no art. 24, XXII da Lei 8.666/93, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI do mesmo diploma legal.

DISPENSA Nº 011/2017

PROCESSO Nº 090/2017

DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

CONTRATADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A

CNPJ: 04.368.898/0001-06

VALOR ESTIMADO CONTRATO: R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 12 MESES CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.

DATA INICIAL DO PROCESSO: 15 DE MAIO DE 2017

**PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
EM 17 / 05 / 2017
Edição N.º 10970**

Publicações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
E dispensável a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente Justificada, com fundamento no art. 24, XXII da Lei 8.666/93, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, Inciso VI do mesmo diploma legal.
DISPENSA Nº 011/2017
PROCESSO Nº 096/2017
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
CONTRATADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ: 04.388.888/0001-08
VALOR ESTIMADO CONTRATO: R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais).
VIGÊNCIA: 12 MESES, CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
DATA INICIAL DO PROCESSO: 15 DE MAIO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
EDITAL DE HABILITAÇÃO
REF: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017
O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a HABILITAÇÃO, do processo licitatório supra referido, que realizou em sua sede, sito à Avenida Pedro Amaro dos Santos, 600 - Centro, Alto Paraíso, Estado do Paraná, no dia 25/04/2017 às 09:00 horas, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem como objeto a "Contratação de uma empresa no ramo de Construção Civil para Execução de 3.914,54m² de Perimetração Asfáltica em T.S.T., Simultânea e Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais, a ser realizado em vias públicas do perímetro Urbano do Município de Alto Paraíso, conforme especificado no memorial descritivo em anexo ao Edital (empréstita global).
O valor máximo a ser pago pelo mencionado objeto é de R\$ 312.156,84 (trezentos e doze mil, cento e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).
Após a interposição de recursos e considerando o Julgamento da Comissão de Licitações apresenta o seguinte resultado:
EMPRESA SITUADA
SOTRAN CONSTRUTORA E TERRAPLENAGEM LTDA HABILITADA
INDUSTRIA DE ARTEFATOS E INFRAESTRUTURA Umuarama LTDA - EPP HABILITADA
Desta forma, fica agendada a abertura das propostas das empresas habilitadas para dia 17 de Maio de 2017, às 10h00 na sala de Licitação do Paço Municipal.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, 12 dias do mês de Maio de 2017.
VALDEMIR RIBEIRO SPARAPAN
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2017 PARTES: Pref. Municipal de Cafetal do Sul e POSTO DE MOLAS SÃO PAULO LTDA - ME.
OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de mecânica em veículos e máquinas do município.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Nº 18/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
DESCRIÇÃO DOTAÇÃO COMPLETA NATUREZA VALOR CD
Serviços Manut. Veículos - Administração 03.01.041221100.2.003 339039190400 12.000,00 678
Serviços Manut. Veículos - Saúde 05.02.103011500.2.022 339039190400 52.000,00 679
Serviços Manut. Veículos - Transp. Escolar 07.01.123611400.2.045 339039190400 18.800,00 680
Serviços Manut. Veículos - Rodo Rodov. 10.02.267821300.2.010 339039190400 19.500,00 681
Serviços Manut. Veículos - Agricultura 09.01.206061800.2.017 339039190400 11.900,00 682
Serviços Manut. Veículos - Conselho Tutelar 08.01.082431501.2.038 339039190400 5.000,00 683
Serviços Manut. Veículos - CRAS 08.02.082441501.2.064 339039190400 5.000,00 684
R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentas e sessenta reais)
ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA - Prefeitura e POSTO DE MOLAS SÃO PAULO LTDA - ME
10 de Maio de 2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2017 PARTES: Pref. Municipal de Cafetal do Sul e UmuCAMPO COM. DE PEÇAS PI TRATORES E VEIC. RODOVIARIOS LTDA OBJETO: Contratação de empresa para prestar serviços de mecânica em veículos e máquinas do município.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Pregão Nº 18/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
DESCRIÇÃO DOTAÇÃO COMPLETA NATUREZA VALOR CD
Serviços Manut. Veículos - Administração 03.01.041221100.2.003 339039190400 12.000,00 678
Serviços Manut. Veículos - Saúde 05.02.103011500.2.022 339039190400 52.000,00 679
Serviços Manut. Veículos - Transp. Escolar 07.01.123611400.2.045 339039190400 18.800,00 680
Serviços Manut. Veículos - Rodo Rodov. 10.02.267821300.2.010 339039190400 19.500,00 681
Serviços Manut. Veículos - Agricultura 09.01.206061800.2.017 339039190400 11.900,00 682
Serviços Manut. Veículos - Conselho Tutelar 08.01.082431501.2.038 339039190400 5.000,00 683
Serviços Manut. Veículos - CRAS 08.02.082441501.2.064 339039190400 5.000,00 684
R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).
ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA - Prefeitura e UmuCAMPO COM. DE PEÇAS PI TRATORES E VEIC. RODOVIARIOS LTDA
10 de Maio de 2017



CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

ESTADO DO PARANÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL - PR
ATA Nº 008/2017

ATO DA MESA Nº 008/2017

SÚMULA: Autorizar os vereadores Agnaldo Sene da Silva e Evandro Lima de Oliveira, a viajarem a cidade de Foz do Iguaçu nos dias 17 a 19 de maio de 2017.

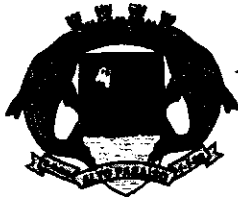
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Autorizar os vereadores Agnaldo Sene da Silva e Evandro Lima de Oliveira, a viajarem a cidade de Foz do Iguaçu nos dias 17 a 19 de maio de 2017, Para participarem do curso sobre "LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA A COMISSÃO DE LICITAÇÕES", a realizar-se na Sala de Eventos do Hotel Bela Italia, Promovido pelo NS - Treinamento e Capacitação em Gestão Pública, cabendo-lhes 3 diárias e meia antecipadas cada um.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
PREFEITO MUNICIPAL
MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Art. 4º - Esta Decisão entra em vigor em 15 de maio de 2017.
Art. 2º - Para cobertura dos créditos adicionais do ano de 2017, sem comprometimento financeiro, nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso II, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso III, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso IV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso V, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso VII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso VIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso X, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XL, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso XLIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso L, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXX, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIII, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXIV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXV, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVI, da Lei nº 13.005/2016, e em conformidade com o art. 2º, inciso LXXXXXXXVII, da Lei nº 13.005/2016, e em conform



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-PR

CNPJ 95.640.736/0001-30

CEP 87528-000

Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320

e-mail – altoparaíso@pref.pr.gov.br

29

DECRETO N.º 1552/2017

DATA: 17 de Maio de 2017.

SÚMULA: Adjudica e Homologa resultado do processo de dispensa n.º 011/2017.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação,

DECRETA:

Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da Empresa **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.**, o resultado do processo de Dispensa n. 011/2017.

Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo de dispensa n.º 011/2017 em favor da empresa **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.**, que tem como objeto: contratação de serviços para fornecimento de energia elétrica e cessão de postes para a iluminação pública.

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor nesta data.

dias do mês de Maio de 2017.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17

DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

**PUBLICADO NO JORNAL
UMUARAMA ILUSTRADO
ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO**

EM 23 / 05 / 2017

Edição N.º

10.975

Publicações

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
CONVITE
AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRIMEIRO QUADRIMESTRE 2017.
Em atendimento ao § 4º do art. 3º, da Lei Complementar Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e, do § 5º do art. 36, da Lei Complementar Nº 141/12, o Município de Alto Paraíso convida todos os municípios para participarem da Audiência Pública de Prestação de Contas, referente ao Cumprimento das Metas Fiscais do Poder Executivo e da Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde relativo ao Primeiro Quadrimestre do exercício de 2017, a ser realizada na Câmara Municipal de Alto Paraíso, no dia 25 de maio de 2017 às 19:00 horas.
Contamos com a sua presença.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
CONVITE
AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRIMEIRO QUADRIMESTRE 2017.
Em atendimento ao § 4º do art. 3º, da Lei Complementar Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e, do § 5º do art. 36, da Lei Complementar Nº 141/12, o Município de Alto Paraíso convida todos os municípios para participarem da Audiência Pública de Prestação de Contas, referente ao Cumprimento das Metas Fiscais do Poder Executivo e da Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde relativo ao Primeiro Quadrimestre do exercício de 2017, a ser realizada na Câmara Municipal de Alto Paraíso, no dia 25 de maio de 2017 às 19:00 horas.
Contamos com a sua presença.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
Considerando que este certame foi considerado deserto;
REAVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº. 090/2017
Processo Licitatório nº. 060/2017
A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, n.º 900, torna público que realizará no local e data abaixo, Certame licitatório na modalidade PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, para o seguinte:
OBJETO: "Aquisição de Material de Higiene e Limpeza, para atendimento de todas as secretarias, do Município de Alto Paraíso conforme especificado no Anexo I deste edital. Os produtos serão retirados de acordo com a necessidade do município, o prazo de entrega não excederá a 48 (quarenta e oito) horas; segundo as condições particulares deste Edital". Exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais.
Não havendo proposta exclusiva de participação das MPE's, EPP's e MEIS, o pregoeiro poderá negociar com outras empresas participantes do processo que não se enquadram como tal.
TIPO, MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DE ABERTURA: 05/06/2017 - 09h00m - Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 10520/02, e respectivos Decretos regulamentadores, Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Decreto Federal 3.931/2001 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 (Lei Complementar 123/06 e 147/2014 e alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciados e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3564-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br, conforme art. 32 da Lei Federal 8.666/93.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1552/2017
DATA: 17 de Maio de 2017.
SÚMULA: Adjuca-se o Homologado resultado do processo de dispensa n.º 011/2017.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação;
DECRETA:
Art. 1º) Fica Adjudicado em favor da Empresa COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., o resultado do processo de Dispensa n.º 011/2017.
Art. 2º) Fica Homologado o resultado do processo de dispensa n.º 011/2017 em favor da empresa COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A., que tem como objeto: contratação de serviços para fornecimento de energia elétrica e cessão de postes para a iluminação pública.
Art. 3º) Este decreto entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 17 dias do mês de Maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ - NOROSPAR

- Certificado de Utilidade Pública Municipal n.º 145/2005.
- Certificado de Utilidade Pública Estadual n.º 15.561 de 29/06/2007.
- Entidade Filantrópica conforme portaria n.º 897 de 15 de setembro de 2014.
- Referência Regional Materno-Infantil.
- Realização Médica reconhecida pelo MEC
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 - NOROSPAR
A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ - NOROSPAR, torna público que fará realizar em sua sede, sita à Av. Ipiranga, 3883, Centro - Umuarama - PR, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a contratação de empresa sob regime de empreitada global, para reforma de unidade de atenção especializada à saúde, neste município, com recursos provenientes do processo nº 1026015-01/2015 - Contrato de Repasse/Convênio nº 825471, celebrado com o Ministério da Saúde/Caixa, conforme projetos e planilhas em anexo ao processo, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.
ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:00 (nove horas) do dia 12 de junho de 2017.
LOCAL: Sala de reuniões da Licitação de - NOROSPAR
VALOR MÁXIMO: R\$ 208.078,25 (duzentos e oito mil, setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).
EDITAL ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE DA NOROSPAR - www.norospar.com.br ou diretamente na Divisão de Administração, mediante preenchimento da solicitação de edital.
Demais informações poderão ser obtidas na Divisão de Administração, ou pelo telefone (44) 3521-1296, ramal 1256 no horário das 07:00 às 13:00 de segunda a sexta-feira ou e-mail: fabianenoroncorpe@hotmail.com
UMUARAMA, 11 de maio de 2017.
PEDRO ARILDO RUIZ FILHO
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 40/2017
Concede Licença Prêmio
A CONDELIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, usando das suas atribuições legais e com base no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, resolve, Diálogo sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Umuarama.

Estado do Paraná

EXTRATO DO CONTRATO
MODALIDADE PREGÃO
HOMOLOGADO ATM
Pelo presente instrumento
incorpora ao CNPJ nº 81.151.118-00, Sr. CLAUDENIR
Rui Barbosa, 815 - Cer
Exmo. Sr. CLAUDENIR
Avenida Graia Azul, 402,
ELISA SALOMÃO BOSCH
cidade de Maringá, estado
199109142 e do CPF nº
resolve firmar o presente
022/2017, mediante o
OBJETO
O presente Contrato de
para avaliação de preços, de
item Quant.
01 10
02 09
03 09
04 09
05 10
06 10
07 10
08 10
09 10
10 10
FUNDAMENTAÇÃO LEI
O presente Contrato de
de acordo com a Lei Federal nº
022/2017, vencido pela
O caso omissos serão
DO VALOR
O valor dos lotes vem
descontar e o cliente a
VIGÊNCIA
O presente contrato tem
estabelecido em 12 (doze) meses
DA FORMA DE PAGAR
Para efeito de pagamento
total dos Produtos, a Nota
deverá constar na Nota
de pagamento
CONDICÕES PARA ENT
Os produtos referidos a
SECRETARIA DE EDI
condições estabelecidas
ADOTAÇÃO ORÇAMENT
Os recursos para pagar
Fonte: SECRETARIA D
MATERIAL PERMANEN
Atômica-PR, de 22 de abril

EXTRATO DO CONTRATO
MODALIDADE PREGÃO
HOMOLOGADO ATM
Pelo presente instrumento
incorpora ao CNPJ nº 81.151.118-00, Sr. CLAUDENIR
Rui Barbosa, 815 - Cer
Exmo. Sr. CLAUDENIR
Avenida Graia Azul, 402,
ELISA SALOMÃO BOSCH
cidade de Maringá, estado
199109142 e do CPF nº
resolve firmar o presente
022/2017, mediante o
OBJETO
O presente Contrato de
para avaliação de preços, de
item Quant.
01 10
02 09
03 09
04 09
05 10
06 10
07 10
08 10
09 10
10 10
FUNDAMENTAÇÃO LEI
O presente Contrato de
de acordo com a Lei Federal nº
022/2017, vencido pela
O caso omissos serão
DO VALOR
O valor dos lotes vem
descontar e o cliente a
VIGÊNCIA
O presente contrato tem
estabelecido em 12 (doze) meses
DA FORMA DE PAGAR
Para efeito de pagamento
total dos Produtos, a Nota
deverá constar na Nota
de pagamento
CONDICÕES PARA ENT
Os produtos referidos a
SECRETARIA DE EDI
condições estabelecidas
ADOTAÇÃO ORÇAMENT
Os recursos para pagar
Fonte: SECRETARIA D
MATERIAL PERMANEN
Atômica-PR, de 22 de abril

30

na política que recebeu do IAP, a Prefeitura de Umuarama, implantada na Av. Paraná, 101.

DA LICENÇA DE RENOVAÇÃO

Art. 1º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 2º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 3º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 4º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 5º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 6º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 7º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 8º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 9º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 10º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 11º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 12º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 13º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 14º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 15º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 16º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 17º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 18º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 19º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 20º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 21º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 22º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 23º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 24º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 25º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 26º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 27º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 28º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 29º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 30º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 31º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 32º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 33º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 34º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 35º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 36º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 37º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 38º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 39º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 40º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 41º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 42º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 43º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 44º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 45º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 46º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 47º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 48º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 49º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 50º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 51º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 52º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 53º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 54º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 55º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 56º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 57º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 58º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 59º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 60º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 61º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 62º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 63º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 64º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 65º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 66º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 67º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 68º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 69º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 70º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 71º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 72º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 73º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 74º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 75º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 76º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 77º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 78º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 79º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 80º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 81º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 82º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 83º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 84º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 85º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 86º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 87º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 88º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 89º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 90º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 91º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 92º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 93º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 94º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 95º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 96º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 97º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 98º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 99º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.

Art. 100º - A licença de renovação de veículo, emitida pelo órgão competente, poderá ser emitida ou não, conforme o caso, conforme o disposto no art. 102 da Lei Complementar nº 010/92, de 15 de setembro de 2014.



**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM
CESSÃO DE POSTES PARA FIXAÇÃO DO CONJUNTO DO
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

ALTO PARAÍSO – CONTRATO PMAP 107/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM CESSÃO DE POSTES PARA FIXAÇÃO DO CONJUNTO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. E O MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO, NA FORMA ABAIXO:

A **COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.** sociedade por ações, concessionárias de serviço público federal de distribuição e comercialização de energia elétrica, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, em Curitiba - PR, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 04.368.898/0001-06 e Inscrição Estadual n.º 90.233.073-99, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA** neste ato representada pelo seu Gerente de Divisão de Arrecadação e Cobrança Leste, Sr. Evandro Luiz Zaclikevisc e o **MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO** inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - CEP 87528-000 em Alto Paraiso, Estado do Paraná doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Dercio Jardim Junior, acordam em firmar o presente Contrato, mediante dispensa de licitação com amparo no Inciso XXII, do artigo 24, da Lei 8.666/93, conforme justificativa em anexo e Resolução ANEEL 414/2010, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto regular o fornecimento de energia elétrica destinado à prestação do serviço de iluminação pública instalado em áreas de domínio público, assim também compreendidos os superpostes, praças, luminárias ornamentais ou especiais, iluminação especial, entre outros, com cessão de uso dos postes, cuja detentora é a **CONCESSIONÁRIA**, para instalação dos conjuntos do sistema de iluminação pública de propriedade do **MUNICÍPIO**.

1.1.1. Os conjuntos do sistema de iluminação pública para efeitos deste Contrato, compreendem as lâmpadas, reatores, relés fotoelétricos, bases para relés, braços, luminárias, porta-lâmpadas (soquetes), ignitores, fios e outros que tenham por finalidade viabilizar a prestação do serviço de iluminação pública.

1.1.2. O fornecimento de energia elétrica para iluminação pública, nos termos inseridos na classificação dada pela Resolução ANEEL 414/2010 abrangerá a iluminação de ruas, praças, avenidas, túneis, passagens subterrâneas, jardins, vias, estradas, passarelas, abrigos de usuários de transportes coletivos, logradouros de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, localizadas em áreas públicas, assim definidas por meio de legislação específica, exceto o fornecimento de energia elétrica que tenha por objetivo qualquer forma de propaganda ou publicidade, ou para realização de quaisquer atividades distintas daquelas relacionadas nesta cláusula.



1.1.3 O detalhamento dos procedimentos a serem observados obrigatoriamente pela **CONCESSIONÁRIA** e o **MUNICÍPIO** referente às condições de acesso ao sistema elétrico para a realização dos serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública será disciplinado neste contrato através das cláusulas contratuais que tratam do ACORDO OPERATIVO.

1.2. A cessão de postes constante do item 1.1 abrange as redes de distribuição urbanas e rurais, não se aplicando aos postes que estejam ou que venham a ser reservados pela **CONCESSIONÁRIA** para sua utilização exclusiva, ou ainda, sua natureza ou finalidade impeça ou inviabilize tecnicamente quaisquer outras instalações.

1.3. Aplica-se ao objeto deste Contrato a seguinte legislação, instrumentos, normas técnicas e demais normas jurídicas, no que forem aplicáveis:

- a) Lei 8666/93 e alterações subsequentes;
- b) Lei Estadual 15608/2007
- c) Lei 9427, de 26 de Dezembro de 1996;
- d) Resolução 414, de 09/09/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- e) NTC 841050 - Normas Técnicas de Projeto de Iluminação Pública;
- f) NTC 848500 a 848688 - Normas Técnicas de Montagem de Redes de Iluminação Pública;
- g) Norma Regulamentadora NR -10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- h) Norma Regulamentadora NR -15 - Atividades e Operações Insalubres, do Ministério do Trabalho e Emprego; e
- i) Norma Regulamentadora NR - 6 - Equipamentos de Proteção Individual, do Ministério do Trabalho e Emprego.
- j) PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no sistema elétrico nacional e seus respectivos módulos.

1.3.1. As normas técnicas - NTCs integrantes desse item podem ser consultadas no endereço eletrônico www.copel.com e a Resolução ANEEL 414/2010 pode ser consultada no endereço eletrônico da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL – www.aneel.gov.br, sobre as quais as Partes se obrigam, cada uma por si, a se manter atualizada dos seus conteúdos.

Cláusula Segunda – DA PROIBIÇÃO DE CESSÃO, LOCAÇÃO OU EMPRÉSTIMO DOS POSTES OU DE SUA UTILIZAÇÃO PARA FINS NÃO PREVISTOS NO CONTRATO

2.1. É vedada ao **MUNICÍPIO**, a cessão, locação ou o empréstimo, a qualquer título, dos pontos de fixação ou espaços nos postes de propriedade da **CONCESSIONÁRIA**, bem como a alteração da finalidade do seu uso descrito no item 1.1 da Cláusula Primeira e também o compartilhamento com terceiros, das instalações de sua propriedade, objeto da presente cessão.

Cláusula Terceira – DO ACORDO OPERATIVO PARA A UTILIZAÇÃO DE POSTES

3.1. Sempre que o **MUNICÍPIO** pretender utilizar postes de propriedade da **CONCESSIONÁRIA**, deverá promover pedido por escrito, acompanhado da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), contendo, em anexo, o projeto e a especificação técnica dos conjuntos do sistema de iluminação pública a serem instalados ou modificados no posteamento existente, igualmente para implantação de novos postes e/ou ampliação do sistema de iluminação pública, sendo vedado ao **MUNICÍPIO** iniciar os trabalhos enquanto não houver a aprovação formal da **CONCESSIONÁRIA**.

3.1.1. No caso de ocorrer instalação de quaisquer equipamentos, inclusive materiais ou condutores, de propriedade do **MUNICÍPIO** nos postes da **CONCESSIONÁRIA**, bem como implantação de novos postes e/ou ampliação do sistema de iluminação pública sem sua prévia anuência, os mesmos deverão ser removidos, ou deverá ser apresentado toda a documentação necessária para fins de regularização em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da notificação expedida pela **CONCESSIONÁRIA**. Caso o **MUNICÍPIO** não apresente a documentação necessária para a regularização e/ou não tenha removido os equipamentos instalados a revelia, a **CONCESSIONÁRIA** se reserva ao direito de adotar medidas restritivas de não aprovar novos projetos de propriedade do **MUNICÍPIO** até que seja providenciado a regularização da situação.

3.1.2. O **MUNICÍPIO** deve informar a **CONCESSIONÁRIA** toda e qualquer alteração de carga no acervo de iluminação pública para a devida atualização cadastral.

3.1.3 – Caso a **CONCESSIONÁRIA** constate carga de terceiros ligada no sistema de iluminação pública sendo faturada, caberá ao **MUNICÍPIO**, como titular pelo consumo de energia elétrica do sistema de iluminação pública, identificar e notificar o responsável pelo consumo para que regularize a situação junto à **CONCESSIONÁRIA** dentro do prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação expedida pela **CONCESSIONÁRIA**.

3.2. As ocupações previstas neste Contrato deverão ser realizadas em estrita observância às Normas Técnicas Brasileiras, às determinações dos poderes públicos, aos padrões estabelecidos nas normas técnicas - NTCs supra mencionadas e às demais disposições contidas neste Contrato.

3.2.1. Na hipótese de serem constatadas ocupações dos postes de propriedade da **CONCESSIONÁRIA**, os quais se encontrem em desacordo com o contido no presente Contrato e respectivas Normas Técnicas - NTCs, a **CONCESSIONÁRIA** notificará o **MUNICÍPIO** para promover a regularização no prazo de 30 (trinta) dias.

3.2.1.1. A regularização será realizada pela **CONCESSIONÁRIA**, de forma imediata, nos casos de urgência e emergência, em que a ocupação apresentar risco à segurança de terceiros ou ao próprio sistema elétrico, respondendo o **MUNICÍPIO** pelos danos e ressarcimento de despesas, inclusive perante terceiros e seus prepostos contratados.

3.2.2. Se as instalações do **MUNICÍPIO** acarretarem esforços superiores à resistência nominal do poste e tais esforços exigirem modificações nas instalações da **CONCESSIONÁRIA**, as despesas decorrentes correrão por conta do **MUNICÍPIO**, observadas as demais disposições deste Contrato.

3.2.3. Caso o **MUNICÍPIO** constatare, antes de instalar os conjuntos do sistema de iluminação pública, a existência de postes que contenham defeitos, trincas, rachaduras ou qualquer outra anomalia que possa comprometer a resistência mecânica ou oferecer risco à segurança, deverá encaminhar correspondência à **CONCESSIONÁRIA** para uma avaliação técnica adequada, ficando a critério da **CONCESSIONÁRIA** deliberar sobre eventual substituição dos postes para, posteriormente ser objeto de cessão ao **MUNICÍPIO**.

3.3. Quando, para permitir a instalação ou modificação do conjunto do sistema de iluminação pública, for necessário introduzir modificações no posteamento, inclusive substituição de postes e adjacentes, tais como: reforços de rede, instalações de escoramento, modificações nas instalações existentes nos postes, ou ainda, intercalar postes aos já existentes, a **CONCESSIONÁRIA**, a pedido do **MUNICÍPIO**, poderá executar as obras às expensas do solicitante, mediante instrumento próprio, ficando as alterações pleiteadas, inclusive na rede de distribuição de energia, incorporadas ao patrimônio da **CONCESSIONÁRIA**, conforme dispõe a legislação do setor elétrico acima descrita, bem como nos termos das cláusulas ora estabelecidas neste pacto, não cabendo ao **MUNICÍPIO** qualquer direito reivindicatório e/ou de caráter indenizatório decorrentes das alterações solicitadas.

3.4. A **CONCESSIONÁRIA**, ao seu exclusivo critério, poderá ceder os postes objeto da presente cessão a terceiros, desde que observados os cuidados que garantam a integridade do conjunto do sistema de iluminação pública do **MUNICÍPIO** que estiverem instalados nos mesmos.

3.5. Quando houver necessidade da **CONCESSIONÁRIA** substituir ou remanejar os postes objeto de cessão que estiverem compartilhados com outros ocupantes, caberá ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade pelo remanejamento de suas instalações, sem quaisquer ônus à **CONCESSIONÁRIA**.

3.5.1. A **CONCESSIONÁRIA** comunicará formalmente o **MUNICÍPIO** acerca da obrigatoriedade de promover os ajustes necessários, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes do remanejamento.

3.5.2. Em caso de situação emergencial, a comunicação será efetuada pelo meio mais rápido disponível, sendo que o **MUNICÍPIO** deverá tomar as suas providências em relação ao remanejamento das suas instalações imediatamente à comunicação pela **CONCESSIONÁRIA**.

3.5.3. Caso o **MUNICÍPIO** não promova os atos necessários ao remanejamento das instalações, a **CONCESSIONÁRIA**, através de equipe própria ou contratada, executará os serviços visando salvaguardar a segurança de pessoas, de suas instalações e de terceiros, cujas despesas correrão às expensas do **MUNICÍPIO**.

3.5.4. Na ocorrência do previsto no item 3.5.3, a **CONCESSIONÁRIA** encaminhará as notas fiscais contas de energia elétrica relativas aos serviços prestados ao **MUNICÍPIO** no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua execução.

3.5.5 Quando houver necessidade de modificações nas instalações de uma ou de ambas as partes por solicitação de terceiros ou de órgãos públicos, cada parte tomará as providências correspondentes aos bens de sua propriedade, bem como suportará integralmente com os custos envolvidos no procedimento, sem que estas medidas impliquem em embaraços ou obstáculos à execução dos serviços.



3.6. A **CONCESSIONÁRIA** ficará isenta de qualquer despesa relativa a eventuais modificações de sua rede de distribuição de energia elétrica ou instalações, no caso em que a modificação se faça necessária exclusivamente para viabilizar obras nas instalações do **MUNICÍPIO**, cujo ônus será suportado exclusivamente pelo **MUNICÍPIO**.

3.7. Caso a **CONCESSIONÁRIA** entenda conveniente a retirada de postes em face de sua desnecessidade, os quais encontrem-se em utilização pelo **MUNICÍPIO**, cumpre à **CONCESSIONÁRIA** comunicar formalmente o **MUNICÍPIO**, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, contados da data programada da retirada do poste.

3.7.1. Caso o **MUNICÍPIO** não demonstre interesse pela aquisição ou na hipótese do Poder Público Estadual ou Federal manifestarem-se contrários à permanência dos postes, deverá o **MUNICÍPIO** remover as suas instalações dentro do prazo a ser combinado entre as partes.

3.7.2. Caso o **MUNICÍPIO** manifeste-se formalmente no sentido de continuar o uso dos postes mencionados, desde que não contrarie posturas ou disposições dos órgãos públicos, caberá ao **MUNICÍPIO** pagar a **CONCESSIONÁRIA** o preço relativo a este ativo, que passará a integrar o patrimônio do **MUNICÍPIO**. Nesta hipótese, as eventuais adequações das instalações elétricas para possibilitar a continuidade do funcionamento do sistema de iluminação pública, correrão por conta do **MUNICÍPIO**.

3.8. Em havendo desocupação dos postes pelo **MUNICÍPIO**, conforme previsto no item 3.7.1, este deverá informar a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito, dentro do prazo de 7 (sete) dias corridos, contados da data do evento, para as providências de ajuste do faturamento do consumo de energia elétrica da iluminação pública.

3.8.1. Para os casos de alterações no sistema de iluminação pública, tais como tipo e ou potência da lâmpada, reatores ou de qualquer outro equipamento, deverá o **MUNICÍPIO** submeter a referida alteração para análise e liberação do setor técnico da **CONCESSIONÁRIA**, por meio de ofício (fornecer o catálogo com as especificações técnicas) e projeto técnico para depois iniciar a execução da obra.

3.9. Sempre que necessário, serão promovidas reuniões técnicas entre as partes, com o objetivo de esclarecer dúvidas, discutir planos, projetos e programas de expansão e ou melhorias, enfim, tratar de questões afetas ao contrato.

3.10. Compete às partes zelarem pela conservação e manutenção dos seus bens e instalações, bem como pelos bens e instalações de terceiros, respondendo isoladamente por quaisquer danos ou prejuízos causados a pessoas, bens e ou instalações, decorrentes de ato, omissão ou fato de sua exclusiva responsabilidade.

3.10.1. O **MUNICÍPIO** não poderá, em nenhuma hipótese, alterar, danificar, encobrir ou deslocar placas de identificação da **CONCESSIONÁRIA** ou de qualquer outra ocupante, exceto em caso de anuência prévia e expressa do terceiro ou da **CONCESSIONÁRIA**.

Cláusula Quarta – DO ACORDO OPERATIVO PARA A MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO OU MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

4.1. Os serviços de manutenção e as obras de ampliação, efficientização ou melhoria do sistema de iluminação pública, são de inteira responsabilidade e ônus do **MUNICÍPIO**.

4.1.1. Fica facultado ao **MUNICÍPIO** executar as obras de ampliação, efficientização ou melhoria do sistema de iluminação pública por meio de contratação de empreiteira que esteja regularmente inscrita no Cadastro Centralizado da **CONCESSIONÁRIA**, devendo ser observados os demais dispositivos deste contrato. Entretanto, os respectivos projetos deverão ser submetidos à autorização prévia da **CONCESSIONÁRIA**.

4.1.2. As obras somente poderão ser executadas após aprovação da **CONCESSIONÁRIA** e, após a conclusão da obra caberá ao **MUNICÍPIO** comunicar formalmente a **CONCESSIONÁRIA** para que sejam efetuadas as vistorias, atualizações cadastrais e sistema de faturamento.

4.2. As lâmpadas e respectivos equipamentos auxiliares avariados deverão ser substituídos por outros de igual potência e especificação técnica, de modo a não desatualizar o cadastro da rede de distribuição de energia elétrica da **CONCESSIONÁRIA** e não refletir na respectiva carga para efeito de faturamento do consumo de energia elétrica.

4.2.1. Havendo necessidade de serem substituídas lâmpadas e equipamentos auxiliares por outros de potência e especificação diferentes dos existentes, bem como a ampliação do sistema de iluminação pública, deverão ser encaminhados a relação das configurações das lâmpadas e os respectivos projetos à **CONCESSIONÁRIA**, para análise e aprovação e, após conclusão, atualização cadastral da rede de distribuição de energia elétrica e do sistema de faturamento. A obra somente poderá ser executada após a aprovação da **CONCESSIONÁRIA**.

4.2.2. A conexão dos novos equipamentos deverá ser efetuada nas mesmas fases da rede de distribuição de energia elétrica onde se encontrava o equipamento anterior, com vistas a manter o balanceamento do respectivo circuito elétrico.

4.2.3 O **MUNICÍPIO** deverá realizar periodicamente inspeções diurnas no sistema de iluminação pública visando identificar e normalizar os pontos que estejam acesos ininterruptamente de modo a manter, no máximo, 5% (cinco por cento) de lâmpadas acesas desnecessariamente. Ultrapassado esse limite, a **CONCESSIONÁRIA** se reserva o direito de acrescentar este consumo adicional no faturamento mensal.

4.3. A **CONCESSIONÁRIA** reserva o direito de proceder, periodicamente, fiscalizações, levantamento, recontagem ou conferência das quantidades e potências instaladas, devidamente registradas em documento específico, cujas divergências serão objeto de atualização para efeito de faturamento do consumo mensal de energia elétrica, conforme a Cláusula Oitava deste Contrato.

4.3.1. Não tendo havido acompanhamento ou participação de representantes do **MUNICÍPIO** nos levantamentos, recontagens ou conferências que alterem as quantidades e potências de lâmpadas e equipamentos auxiliares, fica assegurado ao mesmo o direito de conferência e certificação das alterações apresentadas pela **CONCESSIONÁRIA**. Os ajustes de cadastro e faturamento resultantes serão efetuados a partir de então.

4.4. É de inteira responsabilidade do **MUNICÍPIO**, a manutenção e/ou substituição da infraestrutura (postes, postes ornamentais, superpostes, etc.), utilizadas para sustentação dos conjuntos do sistema de iluminação pública de sua propriedade.

4.5. A **CONCESSIONÁRIA**, além das atualizações mencionadas no item 4.2.1, atualizará também a carga instalada, nos seus controles internos, visando o ajuste do consumo de energia elétrica para efeito de faturamento, na proporção verificada nas substituições referidas nos itens 4.1.1 e 4.1.2.

4.6. Caso o **MUNICÍPIO** venha instalar equipamentos automáticos de controle de carga que reduzam o consumo de energia elétrica do sistema de iluminação pública, os quais devem ser submetidos à apreciação do órgão oficial e competente, tal fato deverá ser comunicado formalmente a **CONCESSIONÁRIA** para que esta proceda a revisão da estimativa de consumo.

4.7. Caso o **MUNICÍPIO** pretenda a instalação de luminárias especiais nos postes da **CONCESSIONÁRIA**, com o objetivo de melhorar a qualidade do sistema da iluminação pública, deverá ser observado:

4.7.1. A instalação de luminárias especiais pelo **MUNICÍPIO** deverá estar em conformidade com o estabelecido nas normas técnicas - NTCs da **CONCESSIONÁRIA**, conforme mencionado neste pacto.

4.7.2. O **MUNICÍPIO** assume a responsabilidade por danos materiais e pessoais que possam ser causados pelo impacto de veículos às instalações da **CONCESSIONÁRIA** ou a terceiro durante todo o período em que as luminárias especiais se mantiverem instaladas.

4.7.3. Caso a instalação de luminárias especiais represente incompatibilidade com a rede de distribuição de energia elétrica ou com os sistemas de outras empresas ocupantes do poste que configurem dificuldades à circulação de veículos, caberá ao **MUNICÍPIO** a responsabilidade pelos custos derivados da necessária adequação.

Cláusula Quinta - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

5.1. O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente Contrato está subordinado às Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica, estabelecidas pela Resolução ANEEL 414/2010 e demais legislações pertinentes, as quais prevalecerão nos casos omissos ou em eventuais divergências.

5.1.1. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham a repercutir nos ajustes estabelecidos neste Contrato ou nas Condições de Fornecimento de Energia Elétrica, considerar-se-ão automáticas e imediatamente aplicáveis.

5.1.2. Os critérios que contemplem as falhas no funcionamento do sistema elétrico, quando aplicáveis, são tratados conforme regulamentação específica.

5.2. O **MUNICÍPIO** compromete-se a não ligar geradores de energia elétrica em paralelo com o sistema da **CONCESSIONÁRIA**. Compromete-se, também, a instalar, às suas expensas, equipamentos destinados a reduzir para os níveis definidos na legislação, os distúrbios provocados no sistema elétrico da **CONCESSIONÁRIA**, pela utilização por parte do **MUNICÍPIO**, de cargas que possam provocar tais distúrbios, inclusive, os destinados à melhoria do fator de potência.



5.2.1. O **MUNICÍPIO** declara estar ciente que, na inobservância dos termos desta cláusula e das Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica estabelecidas pela Resolução ANEEL 414/2010 que integram o presente Contrato, ficará responsável pelos danos eventualmente causados à **CONCESSIONÁRIA** e ou a terceiros.

Cláusula Sexta - DO PONTO DE ENTREGA E DA TENSÃO DE FORNECIMENTO

6.1. O ponto de entrega de energia elétrica para o sistema de iluminação pública será a conexão da rede de distribuição de energia elétrica da **CONCESSIONÁRIA** com as instalações elétricas do sistema de iluminação pública, quando estas pertencerem ao **MUNICÍPIO**, nos termos disciplinados nas Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica determinadas pela Resolução ANEEL 414/2010.

6.2. A energia elétrica será fornecida através da rede secundária de distribuição de energia elétrica, em corrente alternada, tensão de 127/220 Volts com frequência de 60 Hz.

6.3. Eventual mudança das especificações de atendimento de que trata esta cláusula e respectivos itens, por iniciativa do **MUNICÍPIO**, dependerá da existência de viabilidade técnica no sistema e prévia aprovação da **CONCESSIONÁRIA**.

Cláusula Sétima – DOS PREÇOS, TARIFAS E REAJUSTES TARIFÁRIOS

7.1. Serão aplicadas as tarifas de fornecimento de energia elétrica estabelecidas para a classe Iluminação Pública ou equivalente, bem como os respectivos reajustes tarifários, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio de Resoluções específicas.

7.1.1. Conforme determinação da Resolução ANEEL 414/2010, a tarifa a ser aplicada para fornecimento de energia elétrica para o sistema de Iluminação Pública, nos termos deste Contrato, é a do subgrupo B4a, em conformidade com o ponto de entrega definido no item 6.1, da Cláusula Sexta.

7.1.2. Os tributos, encargos e taxas de serviço incidentes sobre o fornecimento e consumo de energia elétrica são aplicáveis de acordo com a legislação em vigor.

7.2. Os postes serão cedidos para utilização a título gratuito, para fixação dos equipamentos e componentes do conjunto do sistema de iluminação pública. Os valores que forem devidos pelo **MUNICÍPIO** relativos às obras de ampliação, eficientização ou melhoria, bem como modificações que forem necessárias no posteamento, danos causados e outros, serão objeto de orçamentos específicos.

Cláusula Oitava – DOS FATURAMENTOS, VENCIMENTOS, PAGAMENTOS E VALOR DO CONTRATO

8.1. Os consumos de energia elétrica do sistema de iluminação pública serão faturados com base na quantidade e potência das lâmpadas e respectivos equipamentos auxiliares instalados, considerando-se 11 horas e 52 minutos (onze horas e cinquenta e dois minutos) por dia para a

iluminação pública normal e 24 horas (vinte e quatro horas) por dia, no caso de túneis e demais logradouros públicos que necessitem de iluminação permanente, conforme determina a Resolução ANEEL 414/2010, calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$kWh = \left[\frac{\sum W \times horas}{1000} \right]$$

$$kWh = [\sum W \times horas / 1000]$$

Onde:

kWh = Total do consumo a faturar;

W = Somatório das potências (em watts) das lâmpadas e equipamentos auxiliares x quantidades;

$horas$ = Quantidade de horas de funcionamento por dia em 11 horas e 52 minutos (onze horas e cinquenta e dois minutos) em caso de iluminação pública normal ou 24 horas (vinte e quatro horas) em caso de necessidade de iluminação pública permanente. (Em casos onde houver equipamento automático de controle de carga que reduzam o consumo de energia elétrica do sistema de iluminação pública instalado, considerar o tempo de funcionamento programado);

1000 = conversão de W em kW.

8.2. O valor total da Nota Fiscal Conta de Energia Elétrica será composto pelo valor resultante da aplicação da tarifa sobre o consumo de energia elétrica faturado, acrescido dos tributos, encargos e taxas de serviço que incidirem sobre o fornecimento e faturamento do consumo de energia elétrica, bem como outros ônus de natureza legal, ainda que estabelecidos posteriormente à celebração do presente Contrato.

8.3. O vencimento das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica será de 10 (dez) dias úteis após a data da respectiva apresentação pela **CONCESSIONÁRIA**, ressalvado o de consumo final. Para contagem deste prazo, exclui-se o dia da apresentação e inclui-se o do vencimento.

8.4. A **CONCESSIONÁRIA** poderá emitir, a seu critério, duplicatas das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica provenientes de consumo de energia elétrica, participações financeiras em obras de rede de distribuição de energia elétrica, exclusivamente para fornecimento de Iluminação Pública, ou outros ônus de natureza legal.

8.5. O atraso no pagamento das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica implicará cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total das mesmas, o qual será cobrado pela **CONCESSIONÁRIA**, além da aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, de forma pró-rata die.

8.6. Decorridos 10 (dez) dias após o vencimento das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica sem a efetiva quitação, a **CONCESSIONÁRIA** poderá aplicar as sanções pactuadas neste Contrato, bem como adotar as medidas legais cabíveis para a cobrança de seu crédito.

8.7. Além das despesas de cobrança das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica de que trata o item 8.6, caso a **CONCESSIONÁRIA** recorra aos meios judiciais ou a serviços de cobrança por terceiros, o **MUNICÍPIO** será responsável por todas as despesas de cobrança e respectivos honorários advocatícios, custas judiciais, extrajudiciais e administrativas.

8.8. Na eventual falta de pagamento do consumo de energia elétrica e/ou obras do sistema de iluminação pública, por um período igual ou superior a 30 (trinta) dias, a **CONCESSIONÁRIA**

ficará desobrigada em ceder postes para novas ampliações do sistema de iluminação pública, até que seja efetuado o acerto financeiro, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

8.9. O não pagamento das Notas Fiscais Contas de Energia Elétrica até as datas estabelecidas para os seus vencimentos, caracterizará desinteresse na continuidade do fornecimento da energia elétrica, ensejando, além da multa, acréscimos e das penalidades cabíveis, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, após prévia comunicação formal.

8.10. As divergências de grandeza/valor de faturamento eventualmente havidas, não serão objeto de adiamento do faturamento emitido e do seu pagamento, sendo os respectivos ajustes processados no faturamento seguinte.

8.11. A instalação de novas cargas no sistema sem prévia aprovação da **CONCESSIONÁRIA** obrigará o **MUNICÍPIO** ao pagamento do faturamento do consumo de energia elétrica retroativo à data da sua instalação, conforme dispõe a Resolução ANEEL 414/2010.

8.12. A substituição de lâmpadas e equipamentos auxiliares por diferentes tipos e potências sem a devida comunicação à **CONCESSIONÁRIA** acarreta diferenças no consumo de energia elétrica, que devem ser apuradas e faturadas, conforme dispõe a Resolução ANEEL 414/2010.

8.13. As instalações de praças, calçadões, passeios, jardins, fontes luminosas, entre outros, onde existir conjuntamente outras cargas, além da carga da iluminação pública, tais como, motores para bomba de água, compressores de fontes luminosas, aparelhos de som, inclusive tomadas para shows, feiras livres, entre outros, serão faturadas pela **CONCESSIONÁRIA** por meio de medidor na classe de consumo em que apresentar a maior parcela da carga instalada.

8.13.1. Havendo interesse do **MUNICÍPIO** pelo faturamento da carga da iluminação pública na tarifa do subgrupo B4a, este deverá providenciar a separação da carga de iluminação pública das demais cargas por meio de medição exclusiva (medição autônoma em relação à iluminação pública).

8.14. O valor total do presente Contrato é estimado em R\$ 665.000,00 (Seiscentos e sessenta e cinco mil reais).

8.15. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento Geral do **MUNICÍPIO** conforme legislação específica.

Cláusula Nona – DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Independente de outros direitos advindos da presente relação contratual é assegurado à **CONCESSIONÁRIA** e ao **MUNICÍPIO**, nos casos de realização das obras de ampliação do sistema de iluminação pública nos termos inseridos no presente pacto, o direito de, a qualquer tempo:

a) Supervisionar e fiscalizar os serviços e obras que estiverem sendo realizados pela outra parte ou pelas suas contratadas, nas suas instalações, em postes da **CONCESSIONÁRIA**, bem como em relação aos cuidados que devem ser dispensados aos seus ativos e à continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica;

b) Sustar os serviços e obras, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar esta medida necessária à sua boa execução, à segurança ou à salvaguarda dos interesses das partes;

c) Supervisionar e fiscalizar o uso e a destinação do objeto deste Contrato, solicitando a imediata retirada de quaisquer bens, equipamentos e/ou instalações do **MUNICÍPIO** instalados na rede de distribuição de energia elétrica da **CONCESSIONÁRIA** e que não estiverem previstos no presente Contrato; e

d) Fiscalizar o cumprimento do presente contrato, como também requerer ao **MUNICÍPIO** a suspensão, temporária ou definitiva, de toda obra em que as condições mencionadas neste instrumento não estiverem sendo observadas e/ou mantidas.

9.2. Da mesma forma, poderá o **MUNICÍPIO** supervisionar e fiscalizar os serviços que forem realizados pela **CONCESSIONÁRIA** ou suas contratadas, na execução das suas obras, no que se referir aos cuidados dispensados aos conjuntos do sistema de iluminação pública que forem de propriedade do mesmo.

9.3. A fiscalização que for efetuada pela **CONCESSIONÁRIA** ou pelo **MUNICÍPIO** não exime suas responsabilidades por danos ou prejuízos que as suas instalações vierem a causar à outra ou a terceiros.

9.4. As **PARTES** deverão comunicar uma à outra, imediatamente após o seu recebimento, qualquer reclamação, intimação, interpelação ou ação de terceiros, que de alguma forma possa implicar responsabilidade das mesmas, sob pena de ficar responsável pelos ônus decorrentes.

9.5. Será permitido à **CONCESSIONÁRIA** e ao **MUNICÍPIO**, através de seus técnicos, o livre acesso aos postes, para proceder às manutenções preventivas ou corretivas nas suas instalações, desde que devidamente identificados.

9.6. Fica assegurado à **CONCESSIONÁRIA** e ao **MUNICÍPIO** o direito de, a qualquer tempo, obterem entre si os esclarecimentos e as informações técnicas que julgarem necessários.

9.7. O **MUNICÍPIO** deverá identificar os veículos e exigir das suas contratadas e prepostos, o uso de crachás de identificação, quando da execução de serviços a serem realizados nas infraestruturas da **CONCESSIONÁRIA** e/ou na manutenção do sistema de iluminação pública. Na realização das tarefas, quaisquer empregados, quer do **MUNICÍPIO** ou de terceiro contratado, deverão fazer uso dos equipamentos de segurança previstos na Norma Regulamentadora - NR 6.

9.8. Quando o **MUNICÍPIO** identificar eventual necessidade de implementar modificações no posteamento existente e/ou de instalação de novos postes, o projeto e a construção poderão ser realizados com recursos do **MUNICÍPIO** ou através de terceiro contratado devidamente habilitado e cadastrado junto à **CONCESSIONÁRIA**.

9.8.1. O **MUNICÍPIO** compromete-se a utilizar somente pessoal habilitado e cumprir as Normas Técnicas e Regulamentadoras mencionadas no presente pacto, para a execução dos serviços técnicos e administrativos, que se fizerem necessários nas instalações e manutenção dos conjuntos do sistema de iluminação pública, na rede de distribuição de energia elétrica da **CONCESSIONÁRIA**, bem como manter seus responsáveis técnicos devidamente habilitados junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia).

9.9. Para a execução das atividades, sempre que necessário, obrigatoriamente dever-se-á agendar o desligamento junto à **CONCESSIONÁRIA**.

Cláusula Décima - DAS RESPONSABILIDADES

10.1. Caso uma das **PARTES** venha a ser acionada ou notificada a ressarcir despesas ou qualquer outra forma de compensação financeira por eventuais danos ou prejuízos sofridos por terceiros em decorrência de ação ou omissão da outra, a **PARTE** que foi acionada, conforme o caso, ou denunciará à lide a parte faltosa ou deverá notificá-la para integrar a relação e, na hipótese de ser compelida a arcar com os valores, será ressarcida pela **PARTE** faltosa, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

10.2. O não cumprimento de qualquer das Cláusulas, e em especial as cláusulas 3ª, 4ª e 8ª, deste Contrato pelo **MUNICÍPIO**, implicará na suspensão do direito de utilização de novos postes, até sua regularização, sem prejuízo das demais medidas administrativas e judiciais a serem tomadas pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que devidamente apurado e documentado, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.3. Independente das demais penalidades previstas neste Contrato, todas as sanções impostas a uma das **PARTES**, comprovadamente decorrentes de causa atribuível à outra, serão integralmente de responsabilidade da **PARTE** faltosa.

10.4. Em caso de avarias ou defeitos ocorridos em equipamentos, bens ou instalações da **CONCESSIONÁRIA**, decorrentes de ação ou omissão do **MUNICÍPIO**, caberá a este indenizar os prejuízos apurados, inclusive os relativos aos danos diretos ou indiretos e lucros cessantes decorrentes das interrupções de fornecimento de energia aos consumidores, resultantes de tais avarias ou defeitos, conforme prevê a legislação vigente, cabendo da mesma forma à **CONCESSIONÁRIA** indenizar os prejuízos por ela causados nas instalações do sistema de iluminação pública do **MUNICÍPIO**.

10.5. Nenhuma das partes responderá à outra pelos prejuízos advindos de caso fortuito ou força maior, hipótese em que cada uma arcará com as despesas relativas à reposição ou reparação de suas próprias instalações.

10.5.1. Os danos provenientes de adversidades climáticas, abalos sísmicos e outros provocados por forças naturais, bem como os atribuíveis a causas inevitáveis pelas partes, serão considerados como caso fortuito ou força maior, exceto em casos com reclamação preexistente por escrito sobre as condições das respectivas instalações, há mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da formalização da reclamação, sem quaisquer providências da outra contratante.

10.6. Nos casos de danos causados por terceiros, cada parte efetuará a recomposição das suas instalações e apresentará separadamente ao responsável pelos danos, orçamento referente ao ressarcimento dos prejuízos.

10.7. O **MUNICÍPIO** será responsabilizado por quaisquer danos que vier a causar na infraestrutura da **CONCESSIONÁRIA**, bem como pelos danos diretos, indiretos e lucros cessantes decorrentes da interrupção no fornecimento de energia elétrica, em face da ocupação ou desocupação dos postes, de manutenções preventivas ou corretivas nas instalações do **MUNICÍPIO** ou ainda, derivados de atendimentos aos usuários do sistema de iluminação pública.

10.8. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por quaisquer danos que vier a causar na infraestrutura do **MUNICÍPIO** e pela recomposição do pavimento, entre outros, quando as obras forem realizadas por ela ou por suas contratadas, bem como a remoção de terra, entulhos, sobras e material salvado. Não havendo essas providências por parte da **CONCESSIONÁRIA** ou de suas contratadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias da realização da obra, o **MUNICÍPIO** tomará as providências necessárias mediante a cobrança dos dispêndios ocorridos junto à **CONCESSIONÁRIA** por meio de documento hábil.

10.9. A **CONCESSIONÁRIA** não poderá ser responsabilizada, junto aos usuários dos serviços de iluminação pública, por eventuais atrasos na sua ativação, ocasionados por dificuldades no cumprimento dos cronogramas de obras por parte do **MUNICÍPIO**, bem como por eventuais interrupções que possam vir a ocorrer no fornecimento de energia elétrica, em decorrência de danos causados por terceiros no sistema elétrico de distribuição e em caso de força maior.

Cláusula Onze – DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

11.2. O contrato poderá ser prorrogado automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente, desde que não haja manifestação expressa em contrário por uma das **PARTES**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término da sua vigência, limitado a 60 (sessenta) meses.

Cláusula Doze – DAS CONDIÇÕES PARA RESCISÃO

12.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, considerar-se-á rescindido de pleno direito o presente Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de infração de qualquer de suas cláusulas ou da legislação disciplinadora dos serviços de energia elétrica à qual está subordinado, após sua apuração em procedimento administrativo, assegurando-se à parte contrária amplo direito de defesa e ao contraditório, respondendo a parte infratora pelos prejuízos que causar à outra.

12.2. O presente Contrato poderá ser rescindido ainda, mediante aviso por escrito, por qualquer das partes nas seguintes hipóteses:

- a) Atraso no pagamento de qualquer das obrigações oriundas do presente Contrato, por mais de 90 (noventa) dias;
- b) Descumprimento ou cumprimento irregular das suas cláusulas e condições, bem como de outros dispositivos vigentes;
- c) Alteração da finalidade de uso das instalações do **MUNICÍPIO** ou agregação de outros serviços não previstos neste Contrato, sem a prévia anuência da **CONCESSIONÁRIA**;
- d) Alterações constitucionais, legais ou estatutárias, que prejudiquem capacidade de executar as obrigações deste Contrato;
- e) Superveniência de caso fortuito ou de força maior, impeditivo da continuidade deste Contrato;
- f) Por acordo entre as partes; e
- g) Nos demais casos previstos em lei.

12.3. Na hipótese de rescisão do presente Contrato o **MUNICÍPIO** se obriga a retirar os conjuntos do sistema de iluminação pública descritos no item 1.1.1, no prazo de 90 (Noventa) dias contados do recebimento da notificação, sem qualquer ônus para a **CONCESSIONÁRIA**, não cabendo qualquer indenização, compensação ou acréscimos em favor do **MUNICÍPIO**. Neste caso, o **MUNICÍPIO** assumirá todos os prejuízos eventualmente causados ao sistema de distribuição de energia elétrica advindos de negligência, imperícia ou imprudência na desocupação dos postes.

12.3.1. Na ocorrência do contido no item 12.3, caberá ao **MUNICÍPIO** providenciar outra infraestrutura para a fixação dos conjuntos do sistema de iluminação pública, dentro do prazo estipulado.

12.4. A rescisão do presente Contrato não exime o **MUNICÍPIO** do pagamento de qualquer débito dele decorrente.

Cláusula Treze - DO FORO ELEITO PELAS PARTES

13.1. Este Contrato será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras e regulamentos da Agência Reguladora e, subsidiariamente, pelos princípios gerais do Direito e pela equidade, nessa ordem.

13.2. Em caso de recurso inevitável ao Poder Judiciário, fica eleito de comum acordo entre as partes, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca que pertence ao **MUNICÍPIO**, para qualquer ação que porventura vier a ser movida por qualquer das partes para o fiel cumprimento deste Contrato.

Cláusula Quatorze – DO ATENDIMENTO A PARÂMETROS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE.

14.1. As partes obrigam-se a atender aos parâmetros de qualidade, segurança e proteção ao meio ambiente estabelecido pelos órgãos competentes e legislação vigente.

Cláusula Quinze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Qualquer tolerância das partes em relação ao descumprimento de qualquer das cláusulas do presente Contrato não importará em renúncia ou precedente, novação ou alteração da mesma, cujo cumprimento continuará exigível, em todos os seus termos e a qualquer tempo.

15.2. O presente Contrato não importa em copropriedade das partes sobre qualquer ativo que for de propriedade exclusiva da outra.

15.3. As notificações de uma parte à outra ou as recebidas de terceiros e que sejam de mútuo interesse deverão ser feitas por escrito e entregues sob protocolo ou pelo correio, mediante aviso de recebimento no endereço designado pelas partes para tal fim, de modo a poder comprovar-se, devidamente, a data da entrega ou do recebimento.

15.4. Este Contrato é reconhecido pelo **MUNICÍPIO** como título executivo, na forma dos artigos 583 e 585, II, do Código de Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados, nos casos previstos neste Contrato. Contudo, na existência de eventuais débitos do **MUNICÍPIO** de natureza cível, tributária, trabalhistas, previdenciários ou quaisquer outros decorrentes de contratos anteriormente celebrados com a **CONCESSIONÁRIA**, que venham a ser a qualquer tempo apurados, o **MUNICÍPIO** se compromete a quitá-los e ressarcir a **CONCESSIONÁRIA** de qualquer valor por ela incorrido com a quitação dos referidos débitos.

15.5. Os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato transmitem-se aos sucessores das partes contratantes.

15.6. Fica estabelecido que o presente Contrato deverá ser adequado por ocasião de legislação superveniente expedida pelo Poder Público.

15.7. Este Contrato substitui quaisquer outros contratos ou acordos anteriormente feitos entre a **CONCESSIONÁRIA** e o **MUNICÍPIO**, para regular a mesma finalidade descrita no item 1.1 da Cláusula primeira.

15.8. O **MUNICÍPIO** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município ou órgão equivalente, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

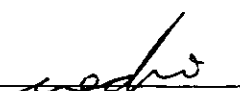
15.9. As condições para estabelecer a forma de cobrança e inclusão dos valores da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública nas notas fiscais contas de energia elétrica dos consumidores/contribuintes, bem como a sua isenção, exclusão, arrecadação e repasse, quando cabível, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, será tratada em comum acordo entre o **MUNICÍPIO** e a **CONCESSIONÁRIA** mediante celebração de instrumento específico.

15.10. Convalidam-se os atos praticados de 28/02/2017 até a presente data, em virtude do prazo de vigência do contrato anterior ter expirado durante os trâmites administrativos para a formalização do presente contrato.

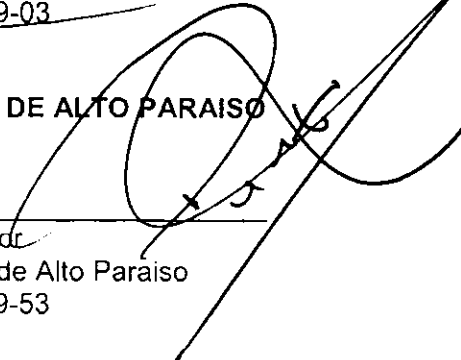
E, por se acharem assim justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 3 (três) vias para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas nomeadas e assinadas.

Curitiba, 18 de Maio de 2017.


PELA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.


Evandro Luiz Zaclikevisc
Gerente da Divisão de Arrecadação e Cobrança Leste
CPF - 039.119.089-03


PELO MUNICÍPIO DE ALTO PARAISO


Dercio Jardim Junior
Prefeito Municipal de Alto Paraiso
CPF - 474.519.719-53

TESTEMUNHA COPEL


Alan Eduardo Cazarim
Técnico Comercial da Cobrança Leste
CPF - 082.219.399-00

TESTEMUNHA MUNICÍPIO


Valdenir Ribeiro Sparapan
Assistente de Processamento de Dados
CPF: 005.876.549-29

NOTIFICAÇÃO

Dando cumprimento ao contido no Art. 2º da Lei nº 9.452/97, NOTIFICAMOS os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais do Município, quanto ao recebimento dos seguintes recursos financeiros:

ÓRGÃO REPASSADOR / PROGRAMA	DATA	VALORES
UNIÃO - Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	19/05/17	67.407,34
TOTAL REPASSE		67.407,34



DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1557/2017
SÚMULA: Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal nº 400, de 09 (nove) de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 10 de novembro de 2016,
DECRETA:
Art. 1º. Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação no conteúdo exercício financeiro no valor de R\$ 5.940,00 (pelo mil e novecentos e quarenta reais), mediante a inclusão de rubricas de despesas das dotações orçamentárias:
0300 SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
0301 GABINETE DO SECRETÁRIO
041220002.2.008000 Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração
3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 31 2.820,00
0300 SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
0306 DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
041220003.2.013000 Manutenção da Divisão de Material e Patrimônio
3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 61 1.300,00
0400 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
4001 GABINETE DO SECRETÁRIO
041210004.2.016000 Manutenção do Gabinete do Secretário de Fazenda e Planejamento
3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 101 2.820,00
Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
Para cobertura dos Créditos Adicionais pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal reduzirá a seguinte dotação do exercício vigente:
0704 DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
267820017.2.053000 Manutenção dos Serviços Rodoviários
3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR 437 5.940,00
Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Estatido da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0108/2017
CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: SOTRAM CONSTRUTORA E TERAPIA/ANAGEM LTDA
OBJETO: Contratação de uma empresa no ramo de Construção Civil para Execução de 3.914,54M2 de Pavimentação Asfáltica em T.5 T. Sinalização e Acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais, a ser realizado em vias públicas do perímetro urbano do Município de Alto Paraíso, conforme especificado no memorial descritivo em anexo ao Edital (impressão global).
VALOR: R\$ 273.172,09 (duzentos e setenta e oito mil, cento e setenta e dois reais e nove centavos).
PRazo DE VIGENCIA DO CONTRATO: 19 de Maio de 2018
FORO: Comarca de Xambê, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
REF: PROCESSO LICITATORIO 090/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2017.
CONTRATO PMP-107/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, PARANÁ
CONTRATADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A
DATA DE ASSINATURA: 19 DE MAIO DE 2017
ENR: 04.368.368/0001-26
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E CESSÃO DE POSTES PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil reais).
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) Meses.
FORO: Comarca de Xambê, Estado do Paraná.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 225/2017
DATA: 15/05/2017
AUTORIA: Executivo Municipal
SÚMULA: Cancela processo licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1º) Cancelar o processo licitatório, modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 045/2017, na fase que se encontra.
2º) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Estatido da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de Maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
CONVITE
AUDIÊNCIA PÚBLICA
PRESTAÇÃO DE CONTAS - PRIMEIRO QUADRIMESTRE 2017.
Em atendimento ao § 4º do art. 9º, da Lei Complementar Nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e, do § 5º do art. 36, da Lei Complementar nº 141/12, o Município de Alto Paraíso convide todos os municípios para participarem da Audiência Pública de Prestação de Contas, referente ao Cumprimento das Metas Fiscais do Poder Executivo e da Avaliação do Cumprimento do Plano Municipal de Saúde relativo ao Primeiro Quadrimestre do exercício de 2017, a ser realizada na Câmara Municipal de Alto Paraíso, no dia 25 de maio de 2017 às 19:00 horas.
Contamos com a sua presença.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 1558/2017
DATA: 19 de Maio de 2017
SÚMULA: Homologa resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 068/2017.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o resultado apresentado pelo Pregoeiro, Sr. Valdemir Ribeiro Sparapan,
DECRETA:
Art. 1º. Fica Homologado o resultado do processo licitatório, modalidade Pregão, n.º 068/2017 em favor da empresa CARLA CHARLISE RUIZ LOPES PAPELARIA, os itens 01 e 02, e a favor da empresa INFATEC COMPUTADORES LTDA, o item 03, que tem como objeto: Aquisição de Frezer, Microondas e Impressora, destinado ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, do Município de Alto Paraíso, conforme descrição e especificação detalhada no anexo I (deste edital, onde deverão ser entregues no local especificado pela Secretaria Solidária.
Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de publicação.
Estatido da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, aos 19 dias do mês de Maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

5 - Toda e qualquer proposição deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.
CLÁUSULA SETIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, conterá:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecido respectivo termo de fomento;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva bem como de suas conclusões e das medidas que tenham em decorrência dessas auditorias;
VI - ficha designada a servidora pública Cinthia Laize Zagato como principal responsável pela fiscalização do Te de Fomento, com acompanhamento e assessoramento dos demais membros nomeados pela Comissão Técnica Monitoramento e Avaliação designados pela Portaria nº 108/2017.
CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:
I - extrato da conta bancária específica;
II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, data da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
IV - "Serão listados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente";
V - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência das metas propostas;
VI - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho e os dados informados no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como dos seguintes relatórios:
8.2 - I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;
8.3 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento;
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 57 da Lei nº 13.019, de 2017, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público-alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação, mediante instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
8.7 - O prazo referido no caput é limitado a 30 (trinta) dias por notificação, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
8.8 - Transcorrido o prazo para saneamento ou a omissão, não havendo o saneamento, o administrador administrativo competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos e identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.9 - A administração pública apreciará a prestação de contas parcial e final no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do encerramento bimestral do exercício financeiro.
8.10 - Parágrafo único - O prazo definido no caput tem o efeito de que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impõe a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que for utilizada a apreciação pela administração pública.
8.11 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecido plano de trabalho;
II - regulares com ressalvas, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que resulte em dano ao erário;
III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) descuido ou negligência no controle de despesas, bem como de valores;
e) irregularidade na prestação de contas;
8.12 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro, jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.13 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.
CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura do termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento desde o termo de fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 - As alterações, com exceção das que tenham caráter de finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.
CLÁUSULA DECIMA - DAS RESPONSABILIDADES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e de legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil sanções às seguintes sanções:
I - advertência;
II - suspensão temporária de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada sobre o inciso II.
10.2 - No caso de suspensão, mesmo que temporária, dos serviços prestados pelo PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO responsável por assumir ou transferir a outra entidade a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, de modo a evitar a sua descontinuidade.
CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários a consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou transferidos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da PROVOPAR MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO e grava com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.
11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se propoña a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade a duração, exclusivamente, ser utilizada para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena reversão em favor da Administração Pública.
CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os participantes responsáveis somente pelas obrigações e averbadas vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade desta intenção;
II - rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.
CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO
12.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto desforça neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.
CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO
13.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca da Xambê, Estado do Paraná, com renúncia expressa e out por mais privilegiados que forem.
13.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os participantes obrigam-se ao total e inalienável cumprimento termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas pelos participantes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.
Alto Paraíso - PR, 19 de maio de 2017.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal
VANDERLAIN PEDRO LISBOA
Presidente Provopar Municipal de Alto Paraíso
Testemunhas:
Ueslei Gonçalves Rodrigues da Silva
Cinthia Laize Zagato